



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da Audiência Pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental-EIA/RIMA do Empreendimento "Termelétrica do Planalto Paulista", de responsabilidade da Companhia Termelétrica do Planalto Paulista.

Realizou-se no dia 7 de outubro de 1999, às 19:00 horas, na Câmara Municipal de Paulínia, localizada na Rua Carlos Pazetti, 290, a Audiência Pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental-EIA/RIMA do empreendimento "Termelétrica do Planalto Paulista", de responsabilidade da Companhia do Planalto Paulista. Dando início à audiência, o Secretário Executivo do Consema, Germano Seara Filho, anunciou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente, Deputado Estadual Ricardo Tripoli - que não podendo estar presente, havia-lhe pedido para representá-lo - saudava e dava boas vindas a todos que haviam comparecido e passaria a compor a Mesa Diretora dos Trabalhos, chamando para dela fazer parte o representante da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e Proteção dos Recursos Naturais, Sérgio Pascoal Pereira, e o representante do Consema, escolhido entre os presentes, conselheiro Mohamed Habib. Depois de expor resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação Consema 50/92 para a condução de audiências públicas, convidou a fazer uso da palavra o representante do empreendedor, Araguaryro Abichara, que teceu, grosso modo, as seguintes considerações: que o principal objetivo de sua exposição seria a apresentação do projeto da Usina Termelétrica de Paulínia; que a empresa TPP era um produtor independente de energia elétrica, originária da associação dos grupos nacionais privados Ultra e Odebrecht e das estatais CESP e Petrobrás, contando, ainda, com a participação da FPL, empresa norte-americana do setor energético; que este modelo de desenvolvimento preservaria a capacitação nacional; que a usina seria em ciclo combinado a gás natural, composta por três turbo-geradores de gás e um turbo-gerador de vapor; que a capacidade total de geração seria de cerca de 650 megawatts; que não se tratava da usina proposta em 1988, que queimaria óleo combustível, apelidada de "piche elétrica; que o projeto da TPP não estaria vinculado ao pólo petroquímico, estava voltado para o atendimento do mercado de energia elétrica, com o uso de tecnologia de última geração, atendendo aos mais rígidos padrões técnicos ambientais e de segurança, sendo este o critério básico para seleção dos equipamentos; que o principal objetivo do empreendimento seria o atendimento à demanda do mercado elétrico do Estado de São Paulo, uma vez que estudos da CESP demonstraram possibilidades concretas de déficit nos próximos anos; que forneceria também vapor à Replan; viabilizando, através do gasoduto, a utilização do gás natural por inúmeras pequenas empresas; que a localização da usina em Paulínia se justificaria sob a ótica técnico-econômica, uma vez que se situaria junto ao mercado consumidor, evitando, inclusive, custos de transmissão, possibilitando a utilização de gás oriundo da Bolívia, do Rio de Janeiro, da Bacia de Santos, garantindo suprimento contínuo; que o projeto previa também a utilização de parte da água da cota da refinaria, dispensando a construção de nova estação de captação no Rio Jaguari; que o consumo de gás natural seria de 3 milhões de m³ e o consumo de água da ordem de 160l/s; que deixariam de ser emitidas 11 mil toneladas/ano de SO₂ devido à paralisação de algumas caldeiras convencionais; que estava prevista arrecadação de tributos da ordem de 60 milhões em ICMS, 400 mil dólares/ano de ISS e 7 milhões de dólares de PIS/CONFINS; que o empreendimento geraria durante a construção entre 700 a 800 postos de trabalhos e, na fase de operação, entre 40 e 50 empregos, devido ao elevado grau de automatização, o que garantiria a continuidade operacional e os níveis de segurança; que o projeto era prioritário para o setor energético nacional, utilizando-se de tecnologia de ponta constantemente atualizada. Fez, então, uso da palavra Ricardo Simonsen, representante da Jhakko



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Poyry Engenharia, empresa responsável pela elaboração do Estudo de Impacto Ambiental, que teceu, em síntese, as seguintes considerações: que o licenciamento do empreendimento estava submetido a duas instâncias: uma, a agência reguladora, a ANEEL-Agência Nacional de Energia Elétrica e, outra, à Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, que faria a avaliação da viabilidade ambiental do empreendimento e propiciaria a participação da comunidade no processo; que, como parte da divulgação da usina, fora feita pela TPP uma série de apresentações para a sociedade civil organizada, distribuído um mini-Rima, com informações básicas sobre o empreendimento, e colocado à disposição o EIA/RIMA completo para consulta, na Prefeitura, na Câmara Municipal, na Biblioteca Municipal e na Casa dos Conselhos de Paulínia; que o EIA foi elaborado durante nove meses de trabalho, dividido em grandes blocos; que uma das justificativas do empreendimento era o crescimento da demanda de energia elétrica no Estado de São Paulo e a possibilidade de déficit de energia num futuro próximo; que, em termos de Brasil, esse crescimento vinha sendo da ordem de 3 mil *megawatts*/ano, sendo que a TPP poderia gerar cerca de 650 *megawatts*/ano; que a matriz energética nacional era muito diferente da que se observava no resto do mundo, com mais de 90% de energia de origem hidrelétrica, 8% de energia gerada por termelétricas, incluídas as usinas nucleares de Angra; que o Governo Federal resolveu aumentar a participação do gás natural na matriz energética brasileira, projetando participação de 12% até o ano de 2010; que para geração de energia hidrelétrica foram alagados mais de 35 mil km², área correspondente ao território da Holanda; que apontava ainda outro problema referente ao sistema de geração e transmissão implantado longe dos grandes centros consumidores, que era a necessidade de uma pesada infra-estrutura de transmissão e transporte de energia elétrica, para que fossem atingidos os centros consumidores, e que a perda de energia nestas linhas era de cerca de 16%, correspondendo ao consumo médio anual de um País como a Argentina; que o aumento da participação do gás natural na matriz energética seria possível por conta do Gasoduto Brasil-Bolívia, que daria confiabilidade ao abastecimento de gás; que o sistema de geração de energia a ser adotado pela TPP, o Ciclo Combinado, mesclaria ciclo de geração de uma turbina a gás com uma turbina a vapor; que, na geração com turbina a gás, ocorria a queima do gás natural na turbina aumentando seu volume, acionando o gerador de energia elétrica; que o produto dessa combustão, ainda com muita quantidade de energia, passava por uma caldeira de recuperação cedendo energia para a água e gerando vapor, que, por sua vez, acionava uma turbina a vapor, gerando energia elétrica; que a TPP trabalharia com três turbinas a gás, três caldeiras de recuperação e uma turbina a vapor com eficiência total do ciclo, levando-se em conta a oferta de vapor de 55,5%, considerada bastante alta; que a geração térmica em ciclo simples costumava ter eficiência da ordem de 30%; que o ciclo combinado em co-geração era considerado o método mais eficiente de utilização de energia termelétrica; que, como a usina seria construída junto aos grandes centros consumidores, haveria necessidade apenas da construção de pequenas linhas de transmissão; que a TPP teria interligação com a Replan, fornecendo vapor e utilizando os sistemas de captação, adução e tratamento de água e o sistema de tratamento de efluentes líquidos; que os efluentes gerados pela TPP seriam tratados pela refinaria; que o sistema de combate a incêndio da refinaria seria disponibilizado pela TPP; que, em linhas gerais, a Replan forneceria 680 m³/h de água para a TPP, receberá 200 t/h de vapor, 117 m³/h de efluentes e a TPP, por sua vez, consumirá gás natural da Comgás e tornará disponível energia elétrica por sistema de transmissão e distribuição; que, embora o combustível utilizado fosse o gás natural, estava também prevista a utilização de diesel como combustível de uso emergencial; que a fase de implantação levaria cerca de cinco meses, sendo prevista a contratação de cerca de 700 funcionários e, na fase de operação, 44 funcionários, um



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

número pequeno devido ao alto grau de automação empregado, garantindo a confiabilidade e a segurança de operação; que, quanto ao ruído, estava previsto um nível de 95 decibéis, valor semelhante a uma distância de 5m de uma rodovia de grande movimento no Brasil; que, pela distância destas fontes de emissão de ruídos do limite da usina, garantia que não haveria desconforto para a população que residia ou trabalhava próximo da usina; que, com relação ao risco de acidentes, foi realizado um estudo de análise de risco, identificando todas as hipóteses acidentais possíveis baseados em bancos de dados internacionais sobre acidentes que concluíram estarem os riscos restritos a um raio de 80m, o que garantia a segurança da população ao redor da usina; que, quanto ao abastecimento de água, foi feita uma compilação de estudos associados a uma modelagem matemática que levou em conta todas as bacias que interferiam com a região, tanto a montante como a jusante, verificando-se que, se houver uma gestão adequada, mesmo com o abastecimento da região da Cantareira, pode-se garantir, com certeza, uma vazão de $8,2\text{m}^3/\text{s}$ na foz do Rio Jaguari até o ano 2020; que, em termos de emissão atmosférica, as chaminés previstas teriam uma altura de 38m com diâmetro pouco menor de 6m, tendo sido calculadas as emissões de NO_x , CO, compostos de enxofre, hidrocarbonetos e material particulado, tanto para a operação com gás natural como com óleo diesel; que, com relação aos impactos diretos dos poluentes na saúde e na vegetação, foi elaborado estudo de dispersão atmosférica, demonstrando-se que, na região de Paulínia, a concentração de composto de enxofre decorrente das caldeiras paralisadas era maior do que a concentração decorrente da TPP, embora gerasse muito mais energia e queimasse uma quantidade maior de combustível, sendo também prevista menor emissão de material particulado; que a usina seria dotada de um sistema que calculava, em tempo real, as emissões de gases nas chaminés e a concentração de poluentes, além da realização de amostragem trimestral das chaminés, para os parâmetros material particulado, compostos de Nitrogênio, hidrocarbonetos e monóxido de carbono; que a qualidade das águas e dos efluentes, já monitorados pela Replan, teria aumentado o número de parâmetros monitorados; que o empreendimento traria benefícios para a região, como a geração confiável e segura de energia próxima aos grandes centros de consumo, desafogando o sistema de transporte de transmissão de energia, além de trazer vantagens estratégicas para a Replan, dinamizar a economia local, gerar empregos diretos e indiretos e receita tributária. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes das entidades ambientalistas cadastradas no Consema, tendo feito uso da palavra, inicialmente, André Ferreira, que teceu os seguintes comentários: que, devido à exigüidade de tempo disponível, havia redigido e leria um texto que encaminhava à Mesa (este texto, além de ter sido encaminhado ao DAIA para ser juntado ao processo, faz parte da Pasta desta reunião); que deveriam ser fornecidos esclarecimentos sobre a quantidade de óxido de nitrogênio lançada no ar atualmente na região de Paulínia, a real situação da qualidade do ar da região em termos de óxido de nitrogênio e ozônio, o motivo por que estes dados não foram incorporados ao EIA, a proposta para o monitoramento da concentração desses poluentes na região e como a população será informada sobre a qualidade do ar que respira; que o Consema e demais responsáveis pelo Poder Público tinham diante de si a oportunidade de avançar para além do discurso e fazer um exercício de coerência, considerando o conceito sobre capacidade de suporte na avaliação da termelétrica e demais empreendimentos da região. Manifestou-se Paulo Figueiredo, que teceu as seguintes considerações: que, com relação ao planejamento energético e às questões relacionadas à energia e seus custos, perguntava sobre os reais objetivos do empreendimento e suas justificativas; que indagava também a respeito do tamanho das instalações; que, como todos sabiam, o gás natural era um recurso não-renovável, finito e, portanto, não-sustentável; que não constava do EIA/RIMA nenhuma outra



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

alternativa; que o custo do gás natural gerado pela TPP seria algo em torno de US\$ 5.9 a US\$ 7.4 por *megawatts/h*; que deixaria protocolado na Mesa um pedido de que esses cálculos fossem detalhados e fundamentados; que, com relação aos dados contidos no folheto distribuído, julgava impróprias as observações feitas sobre planejamento energético; que o custo do gás proposto por essa termelétrica e constante do EIA/RIMA era US\$ 0,95 a US\$ 1.2 por 1 milhão de BTU e que o custo do gás natural mais barato do País era o do Espírito Santo; que, de acordo com a Portaria de 4/8/99, o custo do gás natural da Comgás era de US\$ 3,4 por milhão de BTU; que, se se aplicassem estes custos reais ao custo da geração desta termelétrica, este valor triplicaria, saindo, inclusive, da faixa de energia nuclear; que os custos de uma hidrelétrica como Ilha Solteira eram da ordem de US\$ 7 *megawatts/h*; que o custo de uma hidrelétrica como a de Água Vermelha era da ordem de US\$ 15 *megawatts/h* e os custos de uma usina hidrelétrica como a de Porto Primavera eram da ordem de US\$ 100 a US\$ 200 por *megawatts/h*; que se corria o risco, em algum momento, de gerar energia elétrica a partir da TPP queimando combustíveis fósseis e paralisando usinas hidrelétricas, por motivos meramente contratuais referentes ao fornecimento do gás, o que implicará, inevitavelmente, em uma elevação dos custos médios de energia elétrica ao consumidor; que recomendava o estabelecimento de um compromisso jurídico impedindo que o referido empreendimento operasse com o afastamento de hidrelétricas; que se estava diante de uma estratégia bem montada que não tinha respeito nem estava preocupada com o tema ambiental nem com a questão social do País. Manifestou-se o Prof. Osvaldo Sevá, que, inicialmente, fez a leitura de uma carta dirigida ao Secretário Estadual do Meio Ambiente, Ricardo Tripoli (uma de suas cópias foi encaminhada ao Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental–DAIA para ser juntada ao processo e uma outra anexada à Pasta desta audiência pública). Passou-se ao segundo bloco da audiência pública em que se manifestam os representantes de entidades da sociedade civil. Eliana Darcenze, representante da Vigilância Epidemiológica de Paulínia, teceu as seguintes considerações: que, em relação ao que era afirmado às páginas 95 do RIMA, ou seja, que se notava que os tipos de doenças manifestadas no Município enquadravam-se no contexto de viroses e outras afecções, distinguindo-se da incidência de doenças que podiam ser causadas por agentes poluidores, havia alguns dados do Hospital Municipal de Paulínia que deixavam claro que as doenças respiratórias no Município tinham certa importância, uma vez que apareciam como a segunda doença por ordem de incidência, com 15% do total das internações; que, no âmbito das internações pediátricas, as doenças respiratórias apareciam como a primeira por ordem de incidência, com quase 50% do total de internações pediátricas, pois 50% das internações de criança no Pronto Socorro eram devidas a doenças respiratórias de fundo alérgico; que, por outro lado, não se tinha a medida exata da poluição na região, nem do quanto ela afetava atualmente a saúde da população paulinense e que se precisaria obter esta informação antes da implantação dessa termelétrica, para que ela fosse instalada com alto grau de segurança para a saúde da população. Sérgio Ferreira, representante do Instituto Fenix, teceu as seguintes considerações: que valia lembrar que em 1988/89 surgiu na região um movimento contrário à instalação de uma termelétrica na cidade e que, graças à mobilização da sociedade civil, foi negado o pedido de instalação; que sobre esta questão foi promovido um grande debate por ocasião da ECO-92 no auditório da Embratel, no Rio de Janeiro, que contou com a participação de mais de trezentas pessoas e que o material resultante dessa discussão seria encaminhado à Secretaria do Meio Ambiente para que fizesse uma reflexão; que as empresas que se instalavam na região não tinham nenhuma complacência com os problemas sociais da região. Paulo Paixão, representante do Sindicato dos Eletricistas de Campinas, teceu as seguintes considerações: que passava à Mesa um documento assinado pelo Sindae de Campinas,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

pelo Sindicato dos Petroleiros de Campinas e Paulínia, pelo Sinergia Pró-CUT, pelo Sindicato dos Gasistas de São Paulo, pelo Sindicato dos Eletricitários de Campinas e pelo Comitê da CUT de Campinas (cópia desse documento foi encaminhada ao DAIA, para ser juntada ao processo); que esse documento abordava algumas questões importantes, como a vida social e ambiental, a oferta de trabalho na região e se era limpa a energia que seria produzida por este empreendimento; que o argumento de que essa termelétrica seria importante porque eliminaria os compostos e os óxidos de enxofre emitidos pela Refinaria Planalto podia ser derrubado porque essa substituição por gás natural já estava sendo feita pela própria refinaria; que outro argumento utilizado era que a necessidade anual de energia era de 3 mil *megawatts*/ano, embora os dados obtidos pelo balanço energético nacional de 1999 mostrassem, através de um cálculo simples, que a necessidade era de apenas 1500 *megawatts*, o que demonstrava que a equipe técnica que elaborou o EIA-RIMA inflacionou essa necessidade em 1500 *megawatts*; que, no que dizia respeito à confiabilidade do gás natural, ele, como qualquer outro combustível, apresentava problemas, entre os quais de que o gasoduto pertencia a empresas internacionais e ficaria sujeito a pressões internacionais, o que significava, inclusive, submeter a matriz energética a problemas geopolíticos nos próximos dez anos; que os custos da concessionária seriam revertidos para os consumidores, particularmente para os pequenos consumidores, ou seja, os pequenos empresários e os consumidores residenciais. que, no que dizia respeito ao desenvolvimento regional, essa empresa iria importar todos equipamentos, inclusive pessoal para operá-lo, o que levava a crer que ela não geraria empregos na região, a não ser na fase de construção; que, como este projeto não traria benefícios para a região e comprometeria ainda o meio ambiente e sua já precária situação sócio-econômica, o documento que encaminhava propunha fosse suspenso o licenciamento ambiental dessa termelétrica e se procedesse a viabilização de outras alternativas mais adequadas à realidade ambiental e social de Paulínia, que enfatizasse a conservação de energia, o uso de outras fontes alternativas, de unidades menores e menos agressivas ao meio ambiente e, ao mesmo tempo, mais favoráveis à geração de empregos locais e nacionais. Marcílio Helene, representante do Ministério Público, teceu as seguintes considerações: que este evento envolvia os interesses de muitos cidadãos brasileiros, especialmente paulinenses e paulistas, de poderosas organizações financeiras e industriais e de cidadãos e empresas estrangeiras; que licenciar este e outros projetos, autorizá-los a funcionar, era algo que competia aos governos federal, estadual e municipal; que se esperava que os empreendedores estivessem dispostos a fazer cumprir a lei, evitar irregularidades e priorizar a prevenção dos problemas futuros; que, aparentemente, estava sendo avaliado apenas o conjunto de impactos sócio-econômicos e ambientais de um empreendimento de grande porte, com a finalidade de se estabelecer algum veredicto, como, por exemplo, se a nova instalação poderá ou não vir a funcionar em uma região que já tem graves problemas ambientais, de saúde pública e de risco em geral, inclusive para o abastecimento de água potável; que a Promotoria do Consumidor também se preocupava com o valor dessa energia elétrica, se ela realmente chegará ao cidadão por um preço menor, ou, no máximo, igual ao preço atual, pois sobre este aspecto os empreendedores ainda não haviam assumido qualquer compromisso; que interessava que a área ambiental fizesse uma análise completa das condições atuais e da evolução recente dos recursos vitais, como água, ar, solo e subsolo, vegetação nativa, plantações, patrimônio vivo, cardumes, rebanhos, grupos migratórios e as condições básicas de saúde, trabalho, alimentação, comparando a situação da região com a de outros grupos humanos do País e fora dele, e rastreando as tendências e as trajetórias das condições de vida; que deveriam ser abertas, antes de qualquer veredicto, todas as alternativas e projeções para o comportamento futuro das instalações industrial ou



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

energética e seus efeitos sobre a região afetada; que deveriam ser abordadas, sem rodeio, aquelas possibilidades mais preocupantes e ameaçadoras, devendo-se fazer uma análise consistente da alternativa de não se implantar este empreendimento nesta cidade historicamente tão agredida pela poluição; que o Ministério Público, através de seus Promotores de Justiça, buscava todo o tempo representar os cidadãos atingidos e seus direitos difusos; que os eventos na Comarca obrigavam os Promotores a dialogar, a interpor, a investigar este processo como um todo e a abrir ações contra empreendedores, pequenas e grandes empresas, inclusive contra os próprios governantes e funcionários públicos indistintamente; que, acatando as análises prévias do EIA/RIMA dessa termelétrica feita por peritos da Unicamp, a Promotoria de Justiça considerava este estudo incompleto e insuficiente para licenciar-se, com base nele, este empreendimento, recomendando-se, pois, à Secretaria do Meio Ambiente, que exigisse do empreendedor novos esclarecimentos. Foi dada a palavra, em seguida, ao Professor Osvaldo Sevá, indicado pela Promotoria de Justiça de Paulínia para falar em seu nome, que teceu as seguintes considerações: que, juntamente com o Promotor e Curador de Meio Ambiente Luiz Fernando Rossetto, que estava impossibilitado de comparecer a esta audiência, avaliara com especial carinho a questão do uso da água; que, com este intuito, foi realizada, em março, na Casa dos Conselhos, uma reunião informativa com representantes da Companhia Petroquímica do Planalto Paulista, que asseguraram que iriam retirar apenas uns 30l/s de água, dentro da cota outorgada pelo Denae; que, mesmo assim, os representantes dessa empresa encomendaram estudos para pesquisadores da Unicamp com o objetivo de investigar se seria possível retirar 800l/s do Rio Jaguari, que se perderiam com a evaporação; que a conclusão a que se chegou foi que “não havendo disponibilidade hídrica para captação nos mananciais de forma contínua ao longo do ano, a alternativa para atender a demanda do complexo químico residiria na condição dos reservatórios de armazenarem água durante os períodos em que a captação era possível; que, para satisfazer as demandas nesse período, o armazenamento de água em reservatório tornava-se necessário; que os representantes da companhia alegaram que usavam cota da Replan, a Ecoson já estava funcionando com a cota da Replan, e que não sabia se a indústria química Degussa iria também usar a cota da Replan; que, mesmo sem se considerar o uso pela Degussa, se se somar a vazão prevista para captação da Replan e da TPP, juntas, ela totalizaria cerca 688l/s; que os empreendedores pretendiam utilizar a cota da Replan para não ter de solicitar outorga ao Departamento Nacional de Água e Energia Elétrica e, inclusive, escapar da nova lei de águas que entraria em vigor no próximo ano; que era feita uma argumentação errônea sobre os efeitos da termelétrica na qualidade do ar da região, pois o estudo sobre a dispersão dos poluentes foi feito apenas com base na direção mais frequente dos ventos, pois, segundo o EIA, 32% dos ventos que sopravam na região provinham do Sudeste e se dirigiam para direção Noroeste; que no prospecto elaborado pela TPP não existiam pontos cardeais nem escala geográfica correta e o vento dominante passava entre as localidades de João Aranha e Cosmópolis, poluindo um espaço vazio; que era errada esta informação, pois o espaço que essa pluma iria poluir se chamava Represa de Americana, Nova Odessa, Sumaré, Limeira etc.; que bastava se pegarem os dados das Rosas dos Ventos do Estudo de Impacto Ambiental, às páginas 178 e seguintes, para se verificar o seguinte: que, se se somarem com os ventos do Sudeste aqueles que vêm de Sul, se chegará a mais de 42% e a poluição atingirá o que está ao norte, no caso Cosmópolis mais Arthur Nogueira, parte de Holambra e talvez até Conchal; que, se se somarem os ventos não-dominantes, mas também muitos frequentes, que vinham no sentido inverso, do Norte, Nordeste e Leste, daria 32% do tempo e, nesse caso, a poluição atingiria Matão, parte de Campinas, Mata Santa Genebra e toda a faixa da Anhangüera até Americana; que



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

este mesmo colar de localidades distantes de 30 a 20 km da refinaria seria atingido pelos poluentes concentrados em período de calmaria, sem ventos, que correspondiam a apenas 8,7% do tempo; que numa parte desses dias e noite combinar-se-ia a calmaria com a inversão térmica em camadas baixas provocando situações muito conhecidas, de maio a julho, que afetavam em muito a saúde; que os dados utilizados para a feitura do EIA e elaboração do prospecto restringiam o âmbito da localidade e a dimensão das populações realmente atingidas, ou seja, diminuía o tamanho da imagem do problema, só da imagem do problema, sem mexer nas causas; que, em função disso, propunha que a Promotoria considerasse incompleto o Estudo de Impacto Ambiental e inadequada a prática da publicidade de argumentos falsos ou incompletos, e que o Ministério Público, através dos Promotores que atuavam na área de influência do empreendimento, promovesse a necessária Ação Civil Pública para exigir que qualquer licenciamento nesse Município e nesta região somente fosse apreciado pelo Plenário do Consema após uma avaliação conjunta de todas as ampliações recentes das indústrias em Paulínia e Municípios vizinhos, com os efeitos prováveis de cada um dos novos projetos e somatória dos mesmos. Manoel Viegas Neto, representante do Sindicato dos Trabalhadores na Produção e Distribuição de Gás no Estado de São Paulo, teceu as seguintes considerações: que, na exposição feita, havia algumas contradições; que a forma do reajuste tarifário definida nos atuais contratos de concessão tirava todos os riscos dos concessionários, pois os aumentos de preços do gás natural, que dependeriam da variação do dólar, seriam integralmente repassados para o consumidor; que o argumento de que a nova tecnologia de geração a ser implementada era mais moderna e eficiente de nada valeria para o consumidor, uma vez que estavam fora questões eventuais de repasse de ganhos de produtividade; que não será promovido qualquer mecanismo de repasse de ganho para as tarifas e, se isso acontecer, será só após o prazo, em alguns contratos, de três a cinco anos após a outorga da concessão e, assim mesmo, dependerá de negociações políticas; que até os aumentos de inflação beneficiarão os concessionários, de acordo com a fórmula e a variação de IGPM durante um ano; que a política de livre comercialização da eletricidade por parte das concessionárias daria poder de barganha somente para os grandes consumidores de energia elétrica, pois só a eles será dada realmente opção de escolha dos fornecedores de energia elétrica através dos contratos de livre mercado e concorrência e que os pequenos consumidores - leia-se consumidores residenciais, micro e pequenas empresas - estariam irremediavelmente atrelados à concessionária local, pois será dela que, inevitavelmente, terão de comprar energia elétrica, a não ser que fiquem no escuro; que o pequeno consumidor ficaria ainda mais vulnerável, uma vez que a tendência nesse tipo de livre mercado era de as concessionárias disputarem os grandes consumidores através de oferta de tarifa mais atraente, à custa de as tarifas mais altas serem faturadas em cima dos pequenos consumidores, que serão obrigados a pagar o preço definido pelas concessionárias, uma vez que não tinham outra opção; que, de acordo com o próprio folheto de propaganda da TPP, a energia gerada pela usina deverá atender a carga dos Municípios da região, deslocando para outras áreas a importação de usinas hidrelétricas localizadas na fronteira do sistema; que, como as usinas hidrelétricas, em sua grande parte, estavam prontas e amortizadas, seus custos de geração eram muito mais baixos do que os das termelétricas; que quem realmente bancará os custos e imprevistos do empreendimento seriam os consumidores, ou seja, os consumidores residenciais e as micro e pequenas empresas, que já estavam sendo severamente penalizadas pelas atuais políticas de reajuste tarifário de livre concorrência do mercado de energia elétrica e teriam suas situações ainda mais agravadas devido ao custo e ao imprevisto envolvido no investimento nas termelétricas a gás, uma vez que seriam bancados exclusivamente por eles; que, na exposição foi dito



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

com todas as letras que seriam gerados por Município, só em ICMS, US\$ 60 milhões, o que não era verdade, pois o próprio panfleto afirmava que eram apenas US\$ 14 milhões; que a afirmação feita durante a exposição de que em 2003 se poderia optar por este ou aquele fornecedor valeria exatamente para os grandes industriais, como, por exemplo, Antonio Ermírio de Morais, que poderá comprar toda a produção de uma usina como Água Vermelha, ou Jupia, ou Ilha Solteira, e produzindo, no mínimo, para exportar; que o pequeno consumidor irá pagar 40% a mais das tarifas para usar energia nos locais onde viviam; que os empreendedores pareciam oferecer um passaporte para o céu, mas, na verdade, se se analisar bem, o passaporte era para o inferno. Amauri Santa Rosa, Vice-Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Purificação de Água de Campinas e Região, teceu as seguintes considerações: que o Professor Sevá já havia tocado em um ponto crucial, que era a questão da disponibilidade hídrica em termos de quantidade; que abordaria outro aspecto fundamental que não estava sendo levado em consideração e que dizia respeito à relação entre o crescimento populacional e a disponibilidade hídrica; que a água era um fator preponderante para o crescimento, para o desenvolvimento econômico e social e era essencial para a manutenção da vida humana; que estudos recentes, divulgados num seminário realizado na última sexta-feira pela Diretoria da Sanasa de Campinas, apontavam exatamente para esta relação entre a disponibilidade hídrica das bacias e o crescimento populacional; que, para se ter uma idéia da gravidade do problema, foram necessários 2 milhões de anos para que o Planeta atingisse o primeiro bilhão de habitantes, 130 anos para atingir o segundo bilhão, 30 anos para atingir o terceiro bilhão, 15 anos para atingir o quarto bilhão, 12 anos para o quinto bilhão e agora, em outubro de 1999, atingirá, em 9 anos, o sexto bilhão de habitantes; que, a continuar nesta proporção, daqui a 6 anos o Planeta terá sete bilhões de habitantes; que essa distribuição populacional no mundo não acontecia uniformemente, pois 95% da população mundial se encontrava nos países mais pobres ou em desenvolvimento; que nesses países as taxas anuais de crescimento populacional eram significativamente maiores que as dos países ricos e desenvolvidos; que, embora o Brasil se apresentasse com maior disponibilidade hídrica por habitante, regiões como o Estado de São Paulo e, particularmente, as Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, pelas altas concentrações demográficas, apresentavam disponibilidade bastante menor; que, no caso das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, as mesmas se encontravam dentro do chamado estresse hídrico; que, para os períodos de estiagem, as disponibilidades por habitante passavam a ser extremamente preocupantes, uma vez que os cenários, tanto no ano de 1996, segundo dados do IBGE, como no ano de 2020, se enquadravam na faixa de escassez absoluta, o que significava 1700m³ por habitante-ano de consumo; que o que estava sendo colocado pelos empreendedores era que não existia indisponibilidade hídrica nessas bacias, o que não era correto, pois o estudo da Unicamp afirmava que haveria disponibilidade hídrica se fossem construídos reservatórios subterrâneos, para que a vazão fosse constante ao longo do ano, pois havia sazonalidade durante o ano, ocorrendo escassez no período de estiagem, quando o nível pluviométrico não era muito alto; que, se vier a ser licenciada a instalação da TPP em Paulínia, os empreendedores deveriam construir esses reservatórios subterrâneos, os quais se fazem necessários para que a vazão seja constante em todo o período. Artur Henrique Silva Santos, representante do Sinergia, teceu as seguintes considerações: que estava acostumado com debates nos quais o poder econômico fazia uma propaganda bastante grande, luminosa, bonita, com revistas caras e muitas informações, embora nem sempre todas elas fossem verdadeiras; que o Governo do Estado, tempos atrás, pagou, inclusive, viagem de avião para o Japão, para que alguns políticos se convencessem da necessidade de se construir uma barragem que não



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

gerava absolutamente nada; que estava havendo uma falta de coordenação entre as necessidades do mercado e as propostas de ampliação do processo de geração de energia elétrica; que, numa das transparências apresentadas pelos empreendedores, havia um "mapinha" que apresentava todos os projetos de termelétrica distribuídos pelo País inteiro, como se isso fosse resolver o problema da geração de energia elétrica; que estava prevista a construção de mais de vinte termelétricas, sendo que no Brasil havia atualmente uma potência instalada de 53 a 56 mil *megawats*; que o próprio EIA/RIMA afirmava que havia 11mil *megawats* de obras inacabadas no País, o que correspondia a 20% da capacidade instalada atualmente; que o que o governo federal e estadual estavam fazendo "de forma criminoso" era transformar todos em produtores independentes de energia, inclusive as usinas hidrelétricas, que estavam sendo colocadas à venda, ou melhor, doadas, como tem acontecido com as últimas privatizações; que os contratos de concessão feitos nesse País com a venda das empresas distribuidoras de energia elétrica não foram contratos para os consumidores; que esses contratos tinham dois itens sobre reajuste das tarifas que precisavam ser bem compreendidos, pois a conta de energia iria aumentar, uma vez que eles estabeleciam que, se vier a ocorrer qualquer desequilíbrio econômico-financeiro, o concessionário poderá solicitar o aumento da energia elétrica à ANEEL; que a única coisa indexada hoje no País - e indexada pelo IGPM - era a energia elétrica, e todo ano os consumidores iriam pagar energia elétrica mais cara se se instalar a TPP sem a garantia da discussão da questão do gás; que os grandes produtores de energia resolverão seus problemas, mas os consumidores residenciais pagarão o pato mais uma vez. Roldão Netto, representante da Associação dos Moradores do Jardim Planalto, teceu as seguintes considerações: que era representante de aproximadamente 10 mil moradores de Paulínia, a classe mais humilde de Paulínia, e estava acompanhando todas as reuniões para entender pelo menos um pouquinho e passar informações para os moradores mais humildes, que, na maioria das vezes nem freqüentavam as reuniões; que em Paulínia havia mais ou menos 4 mil moradores desempregados sem perspectiva de emprego; que muitas coisas graves aconteciam em Paulínia e em toda a região, pois estava se despejando o esgoto, que corria a céu aberto, no rio e, em consequência, matando-se o rio, e nenhuma entidade exigia ao Governador do Estado uma solução; que não se estava interessado só no emprego, mas no padrão de vida também. Maria Teresa Mariano, representante da entidade ambientalista F. G. Guidotti, teceu as seguintes considerações: que falava em nome da sociedade de Piracicaba, que se localizava no final da bacia, que estava sem água, tanto era que havia sido implantado rodízio; que a primeira questão que levantava se referia ao prazo da outorga do uso da água, estadual e federal, pois os dados eram alarmantes, pois com a nova lei da Política Nacional de Recursos Hídricos, a 9433, as regras do jogo haviam mudado; que, com a regulamentação dessa lei pelo Senado, seriam instaladas a cobrança do uso da água e uma nova forma de trabalhar e gerenciar os recursos hídricos; que, portanto, quando da outorga pela Replan, há trinta anos atrás, existia uma visão, uma forma diferente de enxergar a situação, que havia mudado completamente; que atualmente qualquer m³ fazia muita diferença, mais ainda a demanda do empreendedor, pois, como constatava pelos dados por ele apresentados, 680m³/h seriam supridos pelo Rio Atibaia, o que era muito; que chamava a atenção dos técnicos do DAIA e do empreendedor para o fato de 65% desses 680m³/h deverem ser evaporados, e que se estaria perdendo água, o que era muito grave, pois quantidade e qualidade eram diretamente proporcionais, razão por que, quando se tirava um pouquinho, se estava mexendo na qualidade; que Piracicaba captava água do Rio Corumbataí, mas precisou recorrer ao Rio Piracicaba, ajuda esta que comprovava a necessidade desse manancial, pois o Município tinha aproximadamente 400 mil habitantes; que, por esta razão, em nome da sociedade de Piracicaba, pedia que a sociedade de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Paulínia e os membros do Consema usassem bom senso; que se falava em desenvolvimento sustentado e se tinha de buscar isso. Augusto César Gandolfo, representante da Sociedade Protetora da Diversidade da Espécie-Proesp, teceu as seguintes considerações: que encaminhava ao Presidente do Consema, representado nesta audiência pelo Secretário Executivo, um pedido formal para realização de Audiência Pública nas cidades de Sumaré, Cosmópolis, Piracicaba e Campinas, áreas atingidas pelo empreendimento e não contempladas pelo Estudo; que, na noite anterior, havia ocorrido um grande jantar em São Paulo, no qual estiveram presentes o Presidente da República, o Governador do Estado e empresários do setor de energia elétrica, e esse jantar havia sacramentado o troco da implantação desse empreendimento em poluição e no pagamento de contas altas de energia; que se estava implantando a dependência energética, conseguindo-se, na prática, derrubar a Constituição brasileira; que a concessão da água da Petrobrás venceria daqui a dois anos e parecia que TPP havia-se esquecido de que ela fora concedida em 1971; que, portanto, a TPP teria água fornecida pela Petrobrás por poucos anos ou poucos meses; que a Petrobrás estava vendendo o patrimônio da população brasileira; que, como se podia constatar, havia uma carta de intenções de venda de água à TPP o que, em última análise, significava que a Petrobrás captaria água de graça e venderia alguma coisa que não lhe pertencia; que qualquer pessoa que conhecia um mínimo de legislação ambiental sabia que a Petrobrás trataria os efluentes gerados pela TPP; que, apesar da lei de crimes ambientais, as intervenções continuavam sendo praticadas sem agentes; que no Estudo de Impacto Ambiental não fora feita qualquer referência ao projeto que estabelecerá a cobrança do uso da água; que se deveria pensar no comportamento dos empreendedores na venda e distribuição de energia; que o estudo sazonal da avifauna era precário, não contemplava a região num período completo; que o sítio Tambaú, escolhido para localização do empreendimento, foi objeto de vazamento de óleo que ocorreu no início da década e que existia um Termo de Ajustamento de Conduta, por meio do qual a Petrobrás, após o acidente, adquiriu este sítio e, junto com esta aquisição, a obrigação legal de reparar os acidentes causados, o que não fez até o momento. Elson Maceió dos Santos, representante da entidade Coletivo Alternativa Verde, da Baixada Santista, teceu as seguintes considerações: que era membro do Consema e que, inicialmente, se contrapunha ao argumento de que, ao se produzir energia, se melhorava a qualidade de vida, uma vez que inexistiria esta qualidade com a dispersão de poluentes na atmosfera; que, no Município de Cubatão, o consultor Simonsen, que participou da elaboração do EIA/RIMA, propagou, através de material de divulgação, que havia produzido energia limpa em Cubatão, o que era uma mentira, pois, no momento em que havia contaminação de trabalhadores, contaminação de rios e trabalhadores morrendo por causa das seqüelas, a energia utilizada não podia ser limpa; que, em Cubatão, se vinha lutando esses anos contra a contaminação de trabalhadores e da população, e o próprio Governo do Estado escondia muitos dados importantes e era preciso lutar contra a expansão do pólo industrial naquele Município; que se deveria parar com o processo de expansão industrial em Paulínia, para que este Município não se transformasse em uma grande Cubatão; que lá havia rios contaminados, o estuário com cargas e toneladas de poluentes, entre eles, metais pesados, chumbo, subprodutos do benzeno sendo jogados no ar; que nessa região havia casos e casos de leucopenia fora do perímetro da área industrial, pois no perímetro urbano de Guarujá, Santos e São Vicente fora depositado lixo químico da Rhodia; que várias empresas, como a Companhia Siderúrgica Paulista, poluíam cada dia mais; que, por todos esses motivos, prestava solidariedade aos moradores desse Município e pedia que não o transformassem numa segunda Cubatão; que, nesse Município, se tinha de administrar casos e casos de câncer e casos e casos de doenças renais provenientes da água contaminada



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

consumida pela população; que se deveria deter o avanço mentiroso apoiado pelo Governo do Estado e pelo Governo Federal; que sinceramente não sabia por que tanto dinheiro estava em curso só para meia dúzia de pessoas, e não para a população; que esta termelétrica não geraria esses milhares de empregos que estavam sendo alardeados, embora existissem 58 mil desempregados na região; que não se desejava a expansão do pólo industrial de Cubatão, não se desejava fosse instalada a termelétrica em Cubatão, pois não se desejava que houvesse mais mortes em decorrência da poluição de Cubatão; que declarava, na condição de membro do Consema, de ambientalista, de cidadão, na condição de lutador junto com outros companheiros que também prestaram aqui sua solidariedade, que se deveria acabar de vez com a mentira de que se produziria energia limpa e que ela representaria qualidade de vida para os trabalhadores e para a região; que o papel do empreendedor era fazer uso do seu poder aquisitivo, do seu montante de dinheiro e iludir as comunidades mal-informadas, apresentando seus produtos mentirosos; que se deveria dar um basta nisso, um basta na contaminação dos rios; que outros companheiros fariam uso da palavra e colocariam a real situação do que acontecia na região, pois se precisava desse apoio mútuo para se reverter essa situação, desmentir a falsa propaganda alardeada pelo governo do Estado e se reverter o compromisso firmado pelo governo brasileiro, que vinha entregando as estatais e o País. Manoel Serpa Pinto Neto, representante da Pastoral Operária de Cubatão, teceu as seguintes considerações: que protestava contra o fato de o Secretário de Meio Ambiente nunca participar das Audiências Públicas; que considerava o empreendedor representante do FMI, do G-7, dos grandes empresários do mundo que vieram abocanhar e roubar o dinheiro, o parco dinheirinho do povo brasileiro; que não era de Cubatão, embora morasse naquela terra onde as crianças nasciam sem cérebro e havia uma grande incidência de leucopenia; que, diferentemente do que disseram em Cubatão, os empreendedores aqui se referiam ao uso de óleo diesel; que haveria geração de empregos, mas só para os "gringos" que iriam tocar a TPP; que, diferentemente de um dos manifestantes que o antecedeu, não apelava para o bom senso, pois, para o capitalismo desvairado, não existia bom senso, mas apenas se locupletava do dinheiro; que se teria de desenvolver políticas industriais que não poluíssem, como fábricas de calcinhas e de produtos eletrônicos; que solicitava esclarecimentos sobre o raio de explosão, precisamente sobre a escala utilizada; que sabia que 12 vereadores haviam apoiado esse projeto lei, mas tinha certeza de que eles haviam-se enganado, não estavam cômicos de seu pensamento. Gilberto de Almeida Correa, representante do Sindicato dos Petroleiros de Cubatão, teceu as seguintes considerações: que trouxera alguns recortes da edição de *A Folha de S. Paulo*, de 26/08/99, informando que o pedido de bens duráveis subira 3,3% nos Estados Unidos e que esse crescimento se devia ao aumento da demanda por parte das indústrias de aviação e do setor elétrico; que esse empreendimento gerará muito emprego nos EUA e no Japão, principalmente pelas importações maciças que serão feitas. Elcio Duarte, representante do Partido Socialista Brasileiro, teceu as seguintes considerações: que os brasileiros andavam cada vez mais com a metade de um tomate bem maduro na ponta do nariz, pois só isso justificava a maneira como se era tratado; que cada povo tinha uma qualidade de vida de acordo com as pessoas que o representava; que, provavelmente, nenhum habitante de Paulínia ocupará um dos empregos que serão gerados; que foi dito que a ANEEL seria o órgão regulador, o que o levava a perguntar "regulador do quê?", se nada mais havia para ser regulado, já que tudo havia sido vendido; que o governo federal precisava justificar o momento em que a intelectualidade esteve em baixa e criou esse chamado gasoduto para importar gás num preço absurdo e, depois, não sabendo como usá-lo, queria empurrá-lo de todo jeito para as termelétricas que seriam implantadas em Paulínia e pelo Brasil afora; que foram mostradas experiências como



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

tendo ocorrido no mundo inteiro, só que, para os expositores, o mundo inteiro eram os EUA, pois, para eles, este País era o porta-voz do império no qual o Brasil usufruía eternamente a condição de colônia; que haviam-se esquecido de falar que os EUA eram os maiores poluidores do mundo; que homens que tinham personalidade deveriam caminhar com suas próprias pernas, o que, muitas vezes, não acontecia com os políticos do Brasil; que foi dito também que, se houver gestão adequada, haverá água até o ano 2020 e que depois de 2020 todos passariam a usar gás natural para matar a sede; que os professores que se manifestaram contrariamente à termelétrica pediram desculpas por usarem termos técnicos, os demais, não, por presunção ou por achar que Paulínia era uma cidade rica e que todas as pessoas eram pós-graduadas; que essas pessoas usaram termos específicos sem se preocupar em explicá-los; que era interessante se refletir sobre o fato de o povo não saber escolher bem os seus representantes. Douglas Yamagata ofereceu as seguintes informações: que estavam "setorizando" uma área para a qual estava prevista a construção de casas populares; que a Prefeitura havia investido cerca de 30 milhões numa estação de tratamento de esgoto e iria tratar a água, que era um investimento com o dinheiro público, para abastecer esta termelétrica; que, além de ser habitada as proximidades do local onde vai ser instalada esta termelétrica, havia uma reserva da biosfera que era a Serra do Japi; que estava tentando expurgar essa usina termelétrica para que não fosse mais criada uma fonte de poluição na região; que na região Sudeste também havia um superávit de energia, tanto era que a usina de Itaipu não trabalhava com a sua capacidade total e não se usavam dois terços da capacidade energética do País; que eram meros capitalistas as pessoas que só pensavam mesmo em ganhar dinheiro e não se preocupavam com a questão ambiental; que a propaganda de que essa termelétrica iria gerar emprego era demagogia e que os Governos Federal, Estadual e Municipal pouco se preocupavam com o desemprego; que a instalação da termelétrica iria fomentar mais ainda a vinda de empresas multinacionais que trabalhariam com automação e não gerariam nenhum emprego, como a Coca-cola em Jundiaí que veio com a promessa de gerar milhares e milhares de empregos e atualmente só empregava setecentos funcionários, em sua maioria terceirizados. Marcelo Ranuzi, representante do Sindicato dos Petroleiros de Campinas e Paulínia, teceu as seguintes considerações: que era interessante ver uma pessoa simples e humilde falar contra o emprego; que a Refinaria de Paulínia construída em 1972, em 1 mil dias, tinha àquela época 1100 funcionários e atualmente, com a tecnologia e coisa e tal, ela não gerava mais empregos; que essa termelétrica iria impactar a área com mais poluentes; que os empregos viriam a partir do momento em que se fomentarem as indústrias e a tecnologia; que, se não se tinha capacidade para fomentar as indústrias, se estava fadado a ser colônia; que o planejamento para o Brasil era feito pelos "patrões lá de cima", pois o Brasil estava à mercê do FMI, com o seu empregado brasileiro, FHC; que os sindicalistas preocupavam-se com o emprego, que não haviam comparecido à audiência para defender o próprio emprego, mas para dizer que Paulínia poderia gerar emprego implantando política pública, como o turismo, e investindo em outras áreas que não implicasse na degradação do meio ambiente e no fechamento das indústrias; que a entrega da Petrobrás, que era patrimônio do povo brasileiro, não estava relegada ao segundo plano; que se tinha de ser politizado para escolher melhor os representantes e determinar que a riqueza gerada na região permaneceria nela e não seria exportada; que o Sindicato se manifestava contrário à instalação da TPP. Condesmar Fernandes de Oliveira, teceu as seguintes considerações: que, como disseram o conselheiro Elcio Maceió e outras pessoas que fizeram uso da palavra, há alguns anos atrás a região era uma das mais seguras que havia no Planeta; que, entre os anos de 82 e 83, aconteceu um acidente em Cubatão, em uma favela, que à época tinha o nome de Vila Socó e, mais tarde, passou a ser chamada de Vila São José, o qual



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

vitimou cerca de seiscentas pessoas, e que esse acidente foi causado por um oleoduto da Petrobrás; que até hoje a Petrobrás e as outras empresas associadas tinham uma dívida com a população de Cubatão e com a população brasileira; que há pouco tempo foram feitos discursos com o mesmo conteúdo daqueles proferidos à época da instalação de depósitos na Baixada Santista, que, apesar das garantias alardeadas de que jamais um raio cairia em cima de um tanque, houve três acidente na região, destruindo o centro de duas grandes cidades do Estado de São Paulo; que, quando da aprovação do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto de Meio Ambiente do Gasoduto Bolívia/Brasil, a Petrobrás garantiu que esse mesmo gasoduto seria utilizado para trazer gás até o Brasil, o que, como se dizia, era a nova matriz brasileira; que, em decorrência dessa afirmação, toda a população, inclusive o movimento ambientalista, apoiou esse empreendimento, por se tratar de um combustível fóssil e ser uma alternativa menos suja do que aquilo que, na época, existia; que o movimento ambientalista ficara surpreso ao ver, depois de passados alguns anos e de ter sido aprovado esse gasoduto, que esse gás seria utilizado para a geração de energia elétrica; que, no ano passado, ao ser privatizado o sistema de produção e distribuição de energia, o Presidente da República anunciou para todo o País que se teria um rebaixamento dos custos, mas o que houve foi um aumento de 20% da conta de luz com a privatização desse sistema; que esta região era sabidamente uma das que possuíam maior carência de recursos hídricos, porque era feita a captação de água por parte da RMSP, através do Sistema Cantareira, o que diminuía muito a disponibilidade hídrica da região e provocaria falta de água nos próximos anos; que esta era uma das questões que estava em jogo, ou seja, a quantidade de água que iria ser utilizada por este empreendimento; que a Resolução Conama 01/86, no seu Artigo 5, estabelecia que era necessário contemplar todas as alternativas tecnológicas e de localização do projeto, confrontando-as com a hipótese de não-execução do projeto; que deveria ser esclarecido o que foi feito com as usinas hidrelétricas de Taquaruçu, Rosana e Porto Primavera; que solicitava que o Conselho Estadual do Meio Ambiente votasse contrariamente ao que propunha este Estudo de Impacto Ambiental e este Relatório de Impacto de Meio Ambiente em virtude das inverdades que ele continha. Eduardo Eli de Souza, representante da Associação Livre de Meio Ambiente de Jundiaí, teceu as seguintes considerações: que o empreendedor norte-americano tentou enfiar pela goela da população de Jundiaí uma usina termelétrica de 836 megawats, bem ao lado de uma reserva da biosfera, a Serra do Japi, e a menos de quatro quilômetros de distância de moradias; que, quando se tomou conhecimento desse problema levou-se o RAP-Relatório Ambiental Prévio para os cientistas da Unicamp e da USP, especificamente para os Professores Osvaldo Sevá e Asiz Ab-Saber, que, depois de analisá-lo, informaram sobre a gravidade do empreendimento; que lá também ocorreu o que estava acontecendo em Paulínia, em Cubatão e em São José dos Campos, ou seja, um monte de ilusões; que ficava feliz em saber que Paulínia se organizou e contava com um grande número de defensores e pessoas cultas, conscientes de seus direitos e deveres; que, em Jundiaí, foi muito mais difícil, porque não se contou muito com o apoio técnico das organizações, que não existiam em grande número como em Paulínia, que contava também com o apoio daquelas organizações sediadas no Município de Campinas; que, apesar disto, se conseguiu breicar o empreendimento de Jundiaí; que, aos seus olhos, o que estava acontecendo era um acordo entre o Governo Federal e o empreendedor norte-americano, que só via cifras na sua frente. Maurício Moura, representante do Fórum de Saúde e Meio Ambiente da Baixada Santista, teceu as seguintes considerações: que não fora um dos convidados, como algumas pessoas que estavam presentes nesta audiência, para um jantar que houve por baixo dos panos para discutir esta questão; que não era um dos participantes desse jantares, como a maioria dos presentes também



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

não haviam sido; que esse projeto fora apresentado em setembro de 1997 e, durante dois anos, foi discutido, entre grupinhos, e só agora era apresentado numa audiência pública, embora os empresários não gostassem desse tipo de evento, pois a ele compareciam e falavam a verdade os "eco-chatos": os sindicalistas e os professores universitários; que os empresários preferiam, em vez de audiências públicas, esses jantarzinhos ou "conchavozinhos", dos quais a maioria da população não participava; que, entretanto, era a população que pagava impostos, que ficava desempregada, que morava perto das indústrias, que trabalhava nas indústrias, que não tinha dinheiro muitas vezes para manter a família com dignidade e, muito menos, para fazer propaganda que se contrapunha a esta alimentada por folhetos e cartazes; que trabalhara em Cubatão e a situação lá era pior que a de Paulínia, porque inclusive o Prefeito fazia sobre a cidade uma propaganda mentirosa sobre Cubatão, afirmando que ela era a cidade símbolo da Ecologia, enquanto lá havia doentes e contaminação e os trabalhadores estavam cada vez mais sem saber o que fazer; que lá a CCBS, que era uma termelétrica idêntica a esta que se discutia, usou o argumento do desemprego, dizendo que iria contratar 800 trabalhadores, mas só no período de montagem, que duraria de quatro a cinco meses, pois na fase de operação empregaria, efetivamente, quarenta ou cinquenta trabalhadores; que, com este tipo de propaganda, eles colocaram os trabalhadores desempregados contra os ambientalistas; que em Paulínia eles haviam sido mais astuciosos, porque cooptaram os Vereadores; que lembrava aos Vereadores presentes, embora não fossem todos, que no próximo ano haverá eleição, que o mandato não pertencia a eles, mas ao povo que os tinha eleito, e que a vontade do povo tinha de ser respeitada; que se havia entendido uma porção de coisas, como, por exemplo, os motivos que levaram à instalação do Gasoduto Brasil/Bolívia; que veementemente todos solicitavam que fosse discutida a matriz energética, em vez de se continuar ludibriando o povo para tomar conhecimento das coisas em cima da hora, quando os empreendimentos estavam prestes a ser votados no Consema; que esse tipo de coisas tinha de acabar, porque a paciência estava chegando ao fim e quem mantinha o País eram os trabalhadores; que não adiantava contar a história da multinacional, comparar os EUA com o Brasil e afirmar que lá as termelétricas deram certo, pois os EUA eram o Primeiro Mundo, foi ele que iniciou o processo de globalização e era um dos coordenadores do FMI; que o Brasil iria ficar "rendido" nesta história; que se deveria conversar com os familiares, conversar com os parentes, pois esta era uma questão muito séria. Luciano Zica, Secretário de Meio Ambiente do Partido dos Trabalhadores, interveio nos seguintes termos: que chamava a atenção dos Vereadores de Paulínia, principalmente para a necessidade de debater-se esse tema com a profundidade que ele exigia, antes de se tomar uma posição pública; que, quando era Deputado Federal na legislação passada e foi firmado um acordo entre a Petrobrás e a OPP, com vistas à instalação, em Paulínia, de um pólo petroquímico e desta termelétrica que estava sendo debatida, entrou-se com uma representação no Supremo Tribunal Federal questionando aquele acordo, que, do seu ponto de vista, era inconstitucional, ilegítimo e imoral, razão por que se reduziu sua amplitude; que naquela ocasião teve em seu gabinete, em Brasília, um contato, por telefone, com dois representantes da OPP, Senhor Alexandrino e Senhor John Bormann, que possuíam informação sobre o movimento em Paulínia e achavam que ele poderia exercer alguma influência sobre os trabalhadores organizados; que eles revelaram, apesar de ter sido divulgado o contrário, que a termelétrica de Paulínia fazia parte do pólo petroquímico; que eles informaram também que seria construída uma linha trazendo água do Rio Mogi Guçuá para cá, para resolver o problema da água; que, naquela ocasião, o Governo Federal e Estadual anunciaram em São Paulo a maravilha desse acordo, informando que seriam criados na região de Paulínia 70 mil postos de trabalho, o que fez com que 3 mil pessoas se deslocassem em



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

busca de empregos; que foi organizada uma audiência pública na Câmara Municipal de Cosmópolis para debater esse projeto, e que lá foi dito, pelo representante da Secretaria responsável pelos recursos hídricos da região, que, se todas as outorgas concedidas até o atual momento se efetivassem, não haveria mais água nos dois rios que abasteciam a região, pois ambos estariam exauridos; que a concessão da outorga da Replan era de 1971 e expirava no próximo ano, tendo ela sido concedida numa época em que o ecossistema era completamente diferente e o parque industrial possuía outras condições; que se preocupava sobremaneira com a preservação da região e com a necessidade de que seu desenvolvimento ocorresse de forma sustentada e, tamanha era a sua preocupação, que era autor de um projeto que criava áreas de proteção ambiental na Bacia do Rio Camanducaia; que achava preocupante que algumas pessoas se deslocassem dos mais distantes pontos do Brasil, da área rural, e fossem jogadas depois na marginalidade, uma vez que esse projeto não oferecia empregos duradouros, porque se existiam atualmente 45 operadores na casa de força, nessa termelétrica seriam empregados 44 nos setores de manutenção, administração e operação, o que significava que, no mínimo, se estava fazendo um péssimo negócio e que não se justificava matar o povo de sede e viver sem condições de saúde e dignidade; que se tinha de debater com sinceridade este projeto e ver quem estava falando a verdade em relação aos recursos hídricos. Paulo Nazário e Silva, representante da Associação das Vítimas da Poluição de Cubatão, interveio nos seguintes termos: que, na audiência realizada em Cubatão, havia pessoas contratadas pelo Prefeito para rir quando ele contasse alguma piada sem graça, bater palmas quando ele dissesse qualquer coisa, e que eram pessoas mal informadas, que trocaram o apoio em troca de um jogo de camisas de um time de futebol ou de um computador para a escola; que mesmo assim Cubatão não apoiava a instalação da termelétrica; que a conjuntura estava difícil, pois os produtos agrícolas brasileiros não entravam no mercado norte-americano porque eram sobretaxados, os sapatos fabricados em Franca eram sobretaxados e também não entravam nesse mercado, acontecendo o mesmo com o aço que, além de sobretaxado, era reserva de mercado dos norte-americanos; que era drástica a situação do povo brasileiro, do ponto de vista da educação, das condições de infra-estrutura e de saúde, o que fazia com que o povo ficasse de pernas bambas; que projetos como este faziam com que o Governo lançasse mão do dinheiro que deveria ser investido na área social, na saúde e na educação para pagar juros; que empreendimentos semelhantes a este aumentavam a dívida externa e, conseqüentemente, retiravam dinheiro do povo; que a energia limpa não iria melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro, mas do povo norte-americano; que grande número das pessoas presentes era vítima da poluição ambiental, das mentes poluídas que pretendiam entregar o Brasil e defendiam o capital estrangeiro; que eram estas mentes poluídas que faziam com que o Brasil estivesse numa situação de submissão ao capital externo, pois estavam seguindo certinho o receituário do FMI; que a tônica do atual governo era entregar o que era brasileiro e com este posicionamento a maioria da população brasileira concordava. Depois de o Secretário Executivo informar, respondendo uma questão levantada pelo representante da OAB, Renato Guimarães, de que nenhuma súmula sobre a audiência seria elaborada (o advogado tinha em mente as Súmulas de Pareceres Técnicos elaboradas pelo DAIA, que são publicadas no Diário Oficial), mas, sim, uma ata, que será encaminhada aos conselheiros quando o Parecer do DAIA sobre o empreendimento for submetido ao Consema, o representante da OAB indagou sobre o nome da pessoa que elaborava tal ata, tendo-lhe sido esclarecido que era o Secretário Executivo do Consema, no momento, Germano Seara Filho, quem pessoalmente por ela se responsabilizava. Renato Guimarães continuou nos seguintes termos: que alguém nessa audiência pública falou sobre a Serra do Japi, onde a coca-cola também prometeu centenas, milhares de empregos, para pegar a água



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

daquela preciosidade ecológica; que, naquela batalha, sem nenhum heroísmo, um cidadão, como muitos de Paulínia, enfrentou a batalha, derrotou a mais uma das mais poderosas nações do mundo, e até hoje nenhuma gota saiu daquela preciosidade ecológica da ONU e da Humanidade; que também havia derrotas, por exemplo, aquela travada contra a Usina Hidrelétrica Três Irmãos, que, embora condenada, em primeira instância, a pagar 200 milhões de dólares, teve esta quantia reduzida a zero pelo tribunal; que o traçado da Rodovia dos Bandeirantes foi discutido numa Audiência Pública, coordenada pelo Doutor Germano Seara Filho e realizada no Centro de Convivência; que sobre esta audiência foi publicada uma súmula no Diário Oficial, dizendo que havia divergências "marginais" ao projeto; que isso resultou em inquérito policial para ver a autoria da falsidade ideológica no Diário Oficial, embora até agora não se tenha apurado quem era o autor dessa falsidade, ou seja, quem redigiu aquela mentira; que, em 1993, a Petrobrás cometeu uma série de agressões ao meio ambiente com cinco ou seis emissões perigosíssimas de gases, tendo sido contaminado o Sítio Tambaú, que levou a Petrobrás a comprá-lo; que um cidadão da região de Campinas apresentou recurso contra a decisão do Egrégio Tribunal de Justiça, que afirmava não ter ocorrido nenhum dano ecológico em Paulínia, uma vez que os gases se dissiparam, apesar de isto ter sido reconhecido pela Petrobrás ao efetuar o pagamento da multa imposta pela Cetesb; que o cidadão de Paulínia não deveria confiar nessas audiências. Cláudio Antonio Moura, Presidente do Comitê de Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, teceu as seguintes considerações: que era Prefeito de Rio Claro e Presidente do Comitê de Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí; que há duas semanas atrás teve a oportunidade de receber os representantes da TPP em Piracicaba numa reunião da Diretoria do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, para ouvir as suas razões; que se recebeu, nesta oportunidade, a garantia de que estariam à disposição dos membros do Comitê para outras rodadas de conversação; que não se podia perder a oportunidade de falar oficialmente, explicando que o Comitê ainda não reuniu, através de assembléia, seus grupos técnicos para emitir um parecer sobre o assunto, o que se tornava indispensável, para efeito de se assumir, com a comunidade, com a sociedade, essa discussão; que, durante esse encontro, houve a oportunidade de se levantarem alguns temas, apresentarem-se algumas argumentações, entre as quais o ponto de referência utilizado no Estudo de Impacto Ambiental; que não se deve pensar o ano 2020 como um ano-limite para os problemas relacionados com as bacias, pois já se vivia essa realidade; que não se pensava exclusivamente num empreendimento com as características da termelétrica como responsável pela falta de água que ocorrerá e que já vinha ocorrendo em determinadas circunstâncias; que se tinha de preocupar com a implantação de novos projetos na região e se tinha de definir uma posição clara no que dizia respeito ao aproveitamento dos recursos hídricos, que já se encontravam no limiar; que, há dois meses atrás, o Comitê de Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, em Campinas, lançou seu Plano de Investimento para o ano de 2004, plano este construído pelas empresas Figueiredo Ferraz e Coplasa e que já demonstrava a imensa dificuldade e necessidade de recursos para a região, para que não ficassem ainda mais comprometidos os recursos hídricos; que a questão dos recursos hídricos deveria ser aprofundada, razão por que solicitava à Secretaria de Meio Ambiente que ouvisse o Comitê sobre esta questão; que se via a termelétrica como indutora do desenvolvimento da região; que a TPP se colocava à disposição para aprofundar estes estudos, reconhecendo o papel que o Comitê tinha na medida em que representava 58 municípios integrantes das bacias além da sociedade civil e dos organismos estaduais; que, na verdade, a sociedade civil tinha seus motivos para estar preocupada com este projeto e o Comitê pretendia oferecer o respaldo necessário para garantir que ele fosse implantado de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

maneira clara e responsável; que essa era a posição do Comitê de Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá. Tendo sido pressionado a fazê-lo e percebendo haver a anuência da assembléia, o Secretário Executivo, ao invés de dar a palavra aos inscritos em nome próprio, como de praxe, passou-a a alguns vereadores que tinham sido citados e reclamaram o direito de responder imediatamente. O Vereador do Município de Paulínia, Mário Lacerda Souza, teceu as seguintes observações: que era importante deixar claro que não procedia a afirmação feita pelo sindicalista citando nomes de vereadores; que, na verdade, dez vereadores apoiavam a instalação da TPP, e garantia que nem seu nome nem o do Vereador Emerson Gordura estavam inclusos nesta relação; que, na semana passada, o Presidente da Câmara Municipal havia convidado os vereadores para assinarem um termo de apoio à instalação da TPP e que havia se recusado a assiná-lo, pois não apoiaria um empreendimento que mal conhecia; que era um dos fundadores do Fórum Regional de Defesa do Meio Ambiente e verificou que o nome do presidente deste fórum estava incluído entre aqueles que apoiavam a instalação da TPP; que lamentava que essa entidade se posicionasse favorável à usina sem antes debater a questão com a sociedade; que, como pai, cidadão e vereador de Paulínia, não poderia apoiar a instalação de algo que a sociedade não sabia se traria benefícios ou prejuízo; que os políticos locais deveriam agir com mais cautela ao se posicionarem, pois representavam a opinião da população que sequer foi ouvida neste processo; que não admitia que a sua opinião fosse erroneamente expressada por terceiros; que os debates precisavam ser ampliados para que fosse mantida a qualidade de vida da população através de projetos sociais. O Vereador Mário Vitor da Silva, teceu os seguintes comentários: que havia trabalhado na Replan durante 22 anos, três dos quais na área de meio ambiente, e que podia testemunhar que a Replan fez uma série de investimentos que levaram à redução das emissões de SOx de 70 para 40 toneladas/dia; que, quanto aos recursos hídricos, cerca de 90% da poluição das águas vinha dos esgotos domésticos e não industriais; que a maioria das empresas ali instaladas tinham preocupação constante com o controle do meio ambiente, não só da Petrobrás, mas de quase todas as empresas da região; que a maioria das pessoas que fizeram uso da palavra nesta audiência não eram moradores de Paulínia e que gostaria que a população fosse realmente consultada; que particularmente não tinha nada contra a termelétrica diante dos estudos até então apresentados pela empresa. O Vereador Emerson Eduardo dos Santos, teceu as seguintes considerações: que endossava as palavras do Vereador Mário Lacerda no que dizia respeito à inclusão do seu nome entre aqueles que apoiavam a termelétrica, pois não havia sido consultado sobre isto; que havia encaminhado uma moção de apelo para que fossem abertos grupos de trabalho que envolvessem os governos estadual e municipal, as universidades e representantes da população, com a finalidade de debater questões ambientais; que colocaria faixas pela cidade com seu nome e os dos vereadores Mário Lacerda e Emerson Gordura apoiando o debate a respeito da instalação ou não da TPP, e não apoiando a usina sem que este projeto houvesse sido exaustivamente debatido com a comunidade de Paulínia, Americana, Santa Bárbara e Cosmópolis. Passou-se à etapa em que se manifestam as pessoas em seu próprio nome. Ana Maria Uriospe afirmou que a definição da área de influência do empreendimento, de apenas 10 km, era absurda, tendo em vista que a velocidade do vento na região era de 50 km/hora; que seriam emitidas em cada chaminé 2,5 t/dia de óxido de nitrogênio, 1,72t/dia de monóxido de carbono e 242,8Kg/dia de material particulado; que dados contidos no mini-Rima eram distorcidos, como, por exemplo, o que afirmava que seriam vendidas 250t/h de vapor; que não havia sido citado o gás carbônico como poluente, sendo este um dos principais precursores do efeito estufa; que, quando necessário, seria utilizado o diesel com emissões de óxidos de enxofre estimadas em 5,68t/dia em cada chaminé e de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

material particulado na ordem de 259,2kg/dia; que criticava a maneira como o EIA/RIMA foi colocado à disposição na Prefeitura, inviabilizando a consulta naquele local; que era contrária à instalação da usina, uma vez que ela não possuía sustentabilidade. Custódio Campos afirmou que, como morador de Paulínia, vinha presenciando o enriquecimento da cidade e, paralelamente, acompanhando o aparecimento de doenças que afetavam a população local, que vinha empobrecendo a cada ano; que a municipalidade ficava rica e a população empobrecia, passando a falsa idéia de desenvolvimento; que acreditava que a queima de toneladas de gases iria gerar inevitavelmente poluição no ar; que sugeria que os moradores de Paulínia e região se posicionassem contrários ao projeto por considerá-lo pernicioso à população; que suspeitava que os vereadores que se posicionaram favoravelmente ao projeto sem antes conhecê-lo o fizeram por interesse próprio, e não da coletividade; que não existiam estudos na cidade que comprovassem o agravamento de doenças relacionadas com as emissões de poluentes, embora a incidência de doenças respiratórias fosse muito elevada na região, e que os estudos que seriam realizados a este respeito deveriam ser entregues às autoridades da saúde para subsidiar trabalhos efetivos visando melhorar as condições de saúde do Município. Roberto Alegria de Almeida teceu os seguintes comentários: que existia um parecer do DAIA que estabelecia uma série de exigências que não foram cumpridas; que o DAIA pedira a apresentação da curva de operação em função do CO e do NOx e que isso não havia sido feito; que também não havia sido estabelecida, como o DAIA solicitara, a temperatura durante o funcionamento da termelétrica; que cinco dos vinte itens arrolados no EIA/RIMA estavam explorados de forma imprecisa e que deveriam ser melhor analisados. Passou-se à etapa em que se exprimem os representantes do Consema. O conselheiro Mohamed Habib teceu os seguintes considerações: que, como professor e pesquisador de ecologia há 35 anos, 27 dos quais na Unicamp, sempre procurou esclarecer que a sociedade brasileira precisava de um modelo de desenvolvimento sustentável; que esta preocupação era constante nos dias de hoje, diferentemente do que aconteceu em 1971, quando uma delegação brasileira foi a Estocolmo para convidar indústrias poluidoras européias a se instalarem em Cubatão, com conseqüências negativas que até hoje se verificavam; que, de acordo com a apresentação do Dr. Abichara, diversas empresas estatais e privadas estavam envolvidas no projeto da termelétrica, dentre elas a CESP; que, como conhecedor desta empresa, podia afirmar que seu histórico sempre foi marcado por inverdades, criando uma péssima imagem que a acompanhava até hoje; que o conceito enraizado de que o Brasil podia desperdiçar e poluir suas águas precisava ser mudado; que na realidade dos 2/3 de água que cobrem a superfície da terra, apenas 3% eram de água doce e, destes 3%, apenas 0,001% de água potável, ou melhor, era como se de cada 20 litros se pudesse utilizar apenas uma colher de chá; que se dispunha de pouca tecnologia para se trabalhar com os recursos naturais existentes; que a poluição deste recurso tão nobre colocava em risco a vida no planeta; que estavam diante de um quadro concreto que apontava para a necessidade de instalação, a curto prazo, de reservatórios visando o atendimento das necessidades de Paulínia em termos de abastecimento de água; que havia sido mostrada a eficácia de uma usina nos Estados Unidos; que o projeto da termelétrica era bom, mas sua inserção na região de Paulínia não seria adequada, pois este recurso energético sustentaria grandes atividades industriais na região, gerando efeitos cumulativos que não foram expostos, como o desemprego com o término da fase de construção da usina; que, como representante do Consema, reconhecia que ainda faltavam diversas informações para que os conselheiros tivessem condições de analisar e debater este projeto. O conselheiro André Queiroz Guimarães teceu os seguintes comentários: que as principais falhas com relação ao EIA/RIMA já haviam sido devidamente apontadas anteriormente; que aproveitava a



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

ocasião para refletir sobre o papel dos conselheiros do Consema, uma vez que em outros empreendimentos por eles analisados, como os parques temáticos de Vinhedo, a legislação foi desrespeitada sem o menor pudor; que existia uma verdadeira indústria de elaboração de EIAs/RIMAs que não respeitavam nem mesmo as exigências dos órgãos licenciadores, favorecendo os consultores e os empreendedores, que, constantemente, se utilizavam de subterfúgios para omitir informações para a comunidade; que acabavam as audiências públicas e o documento era enviado para a SMA, não havendo espaço para que a população pudesse discutir eventuais tópicos que haviam sido omitidos por ocasião da apresentação do EIA; que apenas uma audiência não era suficiente, sendo necessária a realização de outras nos Municípios que seriam indiretamente atingidos pelos impactos gerados pelo empreendimento; que alertava para o fato de a outorga da Replan para recursos hídricos acabar em janeiro próximo e que, portanto, esta questão necessitava ser rediscutida com a sociedade; que o Estado tinha a obrigação de evitar que fossem criados novos pólos industriais poluidores como o de Cubatão e novos desastres ambientais, sociais e econômicos no Estado de São Paulo; que seria função do Consema evitar a aprovação de empreendimentos que não respeitassem os parâmetros. O conselheiro Carlos H. Bocuhy teceu as seguintes considerações: que as manifestações apresentadas durante a audiência lhe soavam como uma sinfonia da manifestação da sociedade civil; que lamentava a total falta de planejamento do Estado no âmbito federal com relação a questões de desenvolvimento estratégico, como a definição de uma matriz energética nacional; que, quanto às emissões de ozônio, não havia como comprovar se superariam ou não a quantidade máxima de 160microgramas/m³ ao longo de mais de um dia por ano; que, por falta de elementos suficientes para viabilizar análises mais precisas, se estava discutindo no escuro; que não se poderia passar um cheque em branco para o empreendimento; que não havia base técnica nem padrões de referência para se saber se seria ou não suportável para a região a instalação da termelétrica. Passou-se ao momento das réplicas. Fez, então, uso da palavra o representante da equipe responsável pela elaboração do EIA/RIMA, Ricardo Simonsen, prestando os seguintes esclarecimentos: que o EIA/RIMA elaborado era bastante abrangente e que as informações passadas durante a audiência eram apenas um resumo contendo os dados do mini-Rima; que o Relatório e o Estudo completos foram colocados à disposição para consulta diante do elevado número de questionamentos levantados; que as concentrações de NOx e O₃, se elevadas realmente, trariam malefícios à saúde; que, em virtude da paralisação das caldeiras movidas à óleo combustível na Replan, haveria uma efetiva redução das emissões de poluentes para a atmosfera; que, com relação ao deslocamento da energia fornecida pelas hidrelétricas, esclarecia que existiam diferenças entre a energia física e a comercial; que o sistema de energia disponibilizada por sistema de transmissão de Paulínia poderia ser comprada por consumidores de outros Estados do País, pagando uma tarifa de transporte desta energia, pois a energia sairia de Paulínia para atingir o consumidor a longa distância; que, fisicamente, esta energia seria consumida na própria região de Paulínia e a diminuição da distância de transporte da energia produzida beneficiaria o sistema como um todo, diminuindo a necessidade de investimento no sistema de transporte desta energia; que, com relação à substituição de caldeiras de dezenas de *megawats* por um sistema que geraria 650 *megawats*, o objetivo do empreendimento seria a geração de energia elétrica para o sistema, evitando *déficit* real de abastecimento de novas demandas; que, quanto à questão dos empregos, efetivamente o principal impacto negativo seria no momento da desmobilização e que, por este motivo, já estariam previstas medidas para minimizá-lo; que, quanto à dispersão atmosférica, foram utilizadas todas as Rosas de Ventos, nas direções que costumam soprar durante todo o ano e que todas elas foram modeladas; que



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

os dados apresentados referiam-se à contribuição que a TPP traria, se aprovada, para os níveis de poluentes na qualidade do ar; que, quanto à disponibilidade hídrica, foram utilizados diversos estudos para elaboração do EIA/RIMA e que seria produtivo que houvesse uma discussão entre os técnicos dos Comitês de Bacias e os consultores que elaboraram o EIA; que diversas questões levantadas extrapolavam o âmbito do EIA/RIMA apresentado, estando relacionadas ao planejamento dos órgãos gestores, pelas autoridades públicas e pela matriz energética brasileira; que, na realidade, a análise deste estudo não estava concluída, o que será feito só efetivamente a partir do término da audiência, uma vez que os questionamentos feitos seriam efetivamente utilizados. O conselheiro ambientalista André Queiroz Guimarães afirmou que a réplica do empreendedor não havia esclarecido nada, que a discussão sobre as termelétricas, da forma isolada como vinha sendo feita, igualmente não levava a nada; que deveria ser mais bem debatida a questão do planejamento energético nacional dentro das necessidades reais e não aquelas que estariam sendo cumpridas somente porque foram assinados contratos megalomaniacos; que questionava o papel do Consema naquele momento e sugeria que ele se centrasse na questão das matrizes energéticas para determinar as prioridades e alternativas locais que beneficiassem a população, e não apenas o empreendedor; que recebera da sociedade civil de Jundiaí duas reivindicações que seriam encaminhadas ao Secretário Ricardo Tripoli, uma referente à construção de uma termelétrica em área de preservação e outra a respeito da necessidade do macrozoneamento no Estado. Após o Secretário Executivo do Consema informar que tudo o que havia sido dito fora devidamente registrado e que os documentos entregues à Mesa, assim como a ata da reunião, seriam anexados ao processo, o conselheiro Carlos Bocuhy teceu as seguintes considerações: que endossava as palavras do conselheiro André Guimarães, com relação à falta de esclarecimento por parte do representante do empreendedor das dúvidas levantadas; que alertava para o fato de que a falta de água poderia atingir além das hidrelétricas também as termelétricas; que considerava interessante que o conceito de respeito à legislação ambiental fosse estendido também ao conceito de proteção à saúde pública, acompanhada de adequado monitoramento dos parâmetros envolvidos; que, com relação ao apoio que o empreendedor poderia dar à Secretaria, a melhor alternativa seria projetar a termelétrica em outro local onde houvesse capacidade de suporte adequada, evitando o comprometimento da qualidade ambiental da região; que repetia as palavras do educador Paulo Freire, referindo-se à miserabilidade do povo brasileiro: "Não! Nós precisamos acabar com a falsa generosidade; esses falsos argumentos, esses sofismas tem que acabar"; que a questão era muito maior do que o embrulho, um engodo bem embrulhado com consequências muito maiores para a sociedade; que, se fossem implantados empreendimentos deste tipo, haveria mais óbitos por contaminação química ou biocumulativa do que propriamente geração de empregos; que sugeria aos empreendedores que fundassem o "Movimento dos Atingidos pela Sociedade", pois haviam sido "tratorados" pela opinião pública presente e que propunha ao empreendedor que retirasse o EIA/RIMA apresentado, pois, diante da disposição manifestada pela sociedade, mesmo se o projeto não for barrado pelo Consema acabaria na justiça, arranhando a imagem institucional dos empreendedores. E, depois de constatar terem sido seguidas todas as etapas da audiência, em nome do Secretário do Meio Ambiente, Deputado Ricardo Tripoli, o Secretário Executivo agradeceu a presença de todos e declarou encerrados os trabalhos. (Foram encaminhados ao Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental os seguintes documentos entregues e relacionados com a audiência: Ofício TPP-CE/084/99, encaminhado pelo Sr. Araguaryno G. Abichara, Diretor da Companhia Termelétrica do Planalto Paulista-TPP; correspondência enviada pelo Prof. Arsênio Oswaldo Sevá Filho, Prof. Adjunto da Unicamp; correspondência enviada pela Sociedade Protetora



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

da Biodiversidade das Espécies-Proesp, assinada pelo Presidente Walmir José Geraldi; correspondência enviada pelo Senhor André Luis Ferreira; correspondência enviada pelo Prof. Paulo Jorge Moraes Figueiredo, da Unimep; questionamentos enviados pelo Sindae de Campinas, Sindicato dos Petroleiros de Campinas e Paulínia, Sinergia Pró-Cut, Sindicato dos Gasistas de São Paulo, Sindicato dos Eletricitários de Campinas e Subsede da CUT de Campinas; declaração de lideranças paulinenses sobre a Termelétrica do Planalto Paulista-TPP ; 1 clipping de artigos de jornais e editais.).Eu, Germano Seara Filho, lavrei e assino a presente ata.

GSF-PS-ARMB